



MINUTA DA ATA N.º 8

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve lugar a Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo que decorreu no edifício sede da Junta de Freguesia e foi presidida por Dália Miranda Lopes Eira. Na Mesa da Assembleia estavam, ainda, Marco António Pinto Rodrigues, como 1.º Secretário e Carla Gonçalves Gomes, como 2.ª Secretária. -----

A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:-----

Ponto Um – Intervenção do Público. -----

Ponto Dois – Período Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

a) Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023. -----

b) Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2023.-----

I) Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

II) Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o nº 1 do artigo 39º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.-----

III) Autorização para a freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou privadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEFP, Segurança Social, Empresas Municipais, Associações, etc, nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea j), da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

IV) Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da freguesia e se salvasse a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea i), da lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

V) Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais.-----

c) Discussão e votação da alteração do mapa de pessoal.-----

d) Discussão e aprovação da Taxa relativa à concessão de ossários/cendrários.-----

e) Discussão e votação das atas das sessões anteriores.-----

Ponto Quatro – Informação da Presidente.-----



Feita a chamada estavam presentes os seguintes membros: António José Perez Barra, Pedro Manuel Antunes Banhudo, Maria Benilde Gabriel de Almeida, Marco António Pinto Rodrigues, Teresa Borges de Matos Tavares, Dália Miranda Lopes Eira, Amílcar César Correia Fernandes, Ana Amália Jobling Moreira dos Reis Pereira, Paula Alexandra Monteiro da Silva Teixeira, Carla Gonçalves Gomes, Eduardo António Ferreira da Silva, Rui Alberto da Silva Costa, Carla Maria Rodrigues Costa, Nuno César Cidade Bessa, Paulo José Gomes Mouta, Tiago José Novais de Matos, Paulo Alexandre Santos Peres, Paulo Alexandre Correia Teixeira e João Filipe Gonçalo Gomes Pereira. -----

A eleita Maria de Fátima da Silva Ferreira de Sousa, justificou a sua ausência e foi substituída por Margarida Rocha Ferreira da Rocha que, tendo igualmente justificado a sua ausência, foi substituída por António José Perez Barra.-----

O eleito Ricardo Miguel Costa Braga, justificou a sua ausência e foi substituído por Teresa Borges de Matos Tavares. -----

O eleito Marcelo Filipe da Silva Teixeira, justificou a sua ausência e foi substituído por Amílcar César Correia Fernandes.-----

O eleito Eduardo Moreira Gomes, justificou a sua ausência e foi substituído por Sandra Cristina de Almeida Silva, que não podendo estar presente, sendo substituída por Alexandre Jorge Ribeiro da Silva, que justificou igualmente a sua ausência e se fez substituir por Paula Alexandra Monteiro da Silva Teixeira. -----

A eleita Isabel Susana Sousa Cancela, justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Alexandre Correia Teixeira. -----

A eleita Paula Alexandra Monteiro da Silva Teixeira, após identificação, prestou o compromisso de honra e tomou posse como membro da Assembleia, por se tratar da primeira vez que esteve presente. -----

Pelo Executivo da Junta estiveram presentes a Presidente, Maria José Guerra Gamboa Campos, o Secretário, Manuel António Coutinho Ferreirinha, o Tesoureiro, José Manuel Teixeira Cardoso e os Vogais: Graciete Manuela Alves Lourenço, Sandra Cristina Sampaio de Freitas, Susana Natália Monteiro Moreira e Fernando de Carvalho Barrias. -----

Ponto Um – Intervenção do Público: inscreveram-se para intervenção os fregueses Fernando Lacerda e Joaquim Seara.-----

Joaquim Seara – Começou por cumprimentar todos os presentes e aproveitou para fazer um balanço do ano da atividade da associação que representa, a ASSIC, nomeadamente pela vitória na candidatura ao concurso do PRR Social. No entanto, demonstrou preocupação com a questão da inflação que fez disparar os valores dos orçamentos para a realização da obra de edificação do Lar que já vai em 3 milhões de euros, quando o valor participado é de apenas 1 milhão e 800 mil euros. Alertou para o facto de que a construção do Lar vai ser difícil dados os valores que são necessários para a concretização da sua construção. Saliu ainda o acordo com a Segurança Social e o contrato com o Município de Gaia no apoio à aquisição de uma viatura elétrica de 9 lugares e ainda no concurso do programa municipal da ajuda Pós-Covid. Por último, informou que a ASSIC tem a sua lotação completa e igualmente a ajuda da Junta de Freguesia na aquisição do calendário solidário, iniciativa promovida pela Associação que envolveu os utentes da Associação, cujas verbas revertem na aquisição de material de apoio para os idosos que frequentam a instituição. -----



Presidente do Executivo – Saudou o Sr. Seara e a ASSIC pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2021, pela energia e vitalidade demonstrada pela instituição e nomeadamente o Sr. Seara pela liderança da associação. Demonstrou preocupação pelos aumentos exponenciais dos valores para a construção do Lar, que é o grande desígnio da ASSIC e da própria freguesia. Endossou palavras de incentivo e agradecimento por todo o esforço despendido pela ASSIC.-----

Fernando Lacerda – Começou por saudar todos os presentes na Assembleia, referindo a sua emoção e satisfação pessoal no regresso às suas intervenções na Assembleia de Freguesia. Colocou para a reflexão de todos, a hipótese de abrir os cemitérios aos domingos e feriados para enterros, de modo a evitar a penosidade e sofrimento no prolongamento dos velórios. -----

Presidente do Executivo – Saudou o regresso do Sr. Lacerda à Assembleia de Freguesia e pelo seu trabalho enquanto cuidador informal dos animais domésticos abandonados da freguesia. Relativamente à questão que colocou da abertura dos cemitérios aos domingos e feriados, lembrou de que o Executivo há cerca de 9 anos quando tomou posse, não havia funerais ao domingo e foi colocada a questão pelas agências funerárias e passaram a ser realizados funerais aos domingos de manhã até às 11h00, de modo que os funcionários pudessem terminar o trabalho até ao final da manhã e pudessem descansar da parte da tarde, de modo a retomarem a atividade na 2ª feira. Salientou que é um tipo de trabalho muito duro e exigente do ponto de vista físico e psicológico e que a Junta de Freguesia não conseguiu contratar mais nenhum coveiro para poder desenvolver este trabalho, sendo que a Junta de Freguesia teve de recorrer a uma prestação de serviços, dado que do quadro de pessoal da Junta, apenas um trabalhador se encontra no ativo a desenvolver esta tarefa para os 2 cemitérios da freguesia. Terminou por tecer algumas considerações sobre esta problemática, nomeadamente por não haver uma carreira na administração pública para este tipo de tarefa que é muito mal remunerada. -----

Ponto Dois – Período Antes da Ordem do Dia. -----
Inscreveram-se os eleitos: Pedro Banhudo (PS), Paulo Peres (CDU), Nuno Bessa (PSD), Paulo Teixeira (CDS-PP), Tiago Matos (BE) e Rui Costa (PSD).-----

Pedro Banhudo (PS) – Apresentou e leu um “Voto de Louvor e Reconhecimento à Junta de Freguesia de Canidelo pela Distinção Nacional no Âmbito das Boas Práticas na Área da Igualdade, Cidadania e Não Discriminação” (Documento A).

Paulo Peres (CDU) – Começou por informar de que iria dividir a sua intervenção em três pontos que considerava bastante importantes. No primeiro ponto abordou a situação que considerou caótica dos transportes públicos operados pela empresa privada de transportes públicos que serve a freguesia, dando como exemplo, a supressão de carreiras, a falta de linhas, o incumprimento de horários e a degradação da frota de autocarros. Referiu que em 2020, a Área Metropolitana do Porto lançou um concurso público para a concessão de uma rede metropolitana de autocarros que iriam servir vários municípios, entre os quais Gaia e Espinho. O estudo realizado pela AMP da caracterização dos transportes que servem Gaia, teve por base os Censos de 2011, servindo como pontapé de saída para o lançamento do caderno de encargos para os operadores privados que irão operar no concelho no próximo ano. Considerou desde logo uma desvantagem o facto



de terem sido considerados os Censos de 2011 como fonte de dados, uma vez que o parque habitacional da freguesia aumentou significativamente e consequentemente o aumento da população nestes últimos 10 anos. Assinalou que o peso da procura dos canidenses pelos transportes públicos diminuiu nos últimos anos, em virtude dos transportes públicos que servem a freguesia não serem uma boa solução de mobilidade para os fregueses. Referiu ainda de que nada assegurará que este novo contrato a iniciar em 2023 garanta a prestação de um serviço público de transportes de qualidade, salientando ser necessário assegurar um estudo das necessidades da freguesia, defendendo que a STCP deve ser o operador interno em Gaia ena Área Metropolitana do Porto, integrando os trabalhadores das empresas privadas para responder às necessidades do alargamento da rede. Em seguida, abordou o programa da freguesia denominado “Bilha Solidária” que consiste num pagamento de 10 euros na aquisição de uma garrafa de gás, mas criticou o atraso na implementação desta medida, questionando o Executivo por ainda não ter apresentado este protocolo estabelecido entre a Junta de Freguesia e a ANAFRE e de que forma a Junta de Freguesia o iria promover. Por último, apresentou para apreciação e votação a Moção intitulada “Em Defesa do Teatro Independente do Porto, em especial, da Seiva Trupe” (**Documento B**). -----

Nuno Bessa (PSD) – Apresentou uma declaração em que o PSD lamenta a falta de informação prévia relativa à abdicação do projeto da Casa da Cultura, na antiga Casa do Duque, a qual solicitou que fosse apensa à ata da Assembleia de Freguesia, e que ficou identificada como (**Anexo 1**). -----

Presidente do Executivo – Agradeceu ao PS o voto de louvor apresentado, cuja dossier de candidatura foi elaborado pela Vogal do Executivo, Sandra Freitas. Relativamente às questões colocadas pelo eleito Paulo Peres da CDU, refere a sua experiência pessoal como utente dos transportes públicos, salientando o consenso com a CDU no que concerne à linha circular que deveria ser implementada na freguesia. No entanto, informa que a questão dos transportes públicos está a ser tratada em sede da AMP, mas que o Executivo está a acompanhar de perto todo este processo. Criticou a empresa Espírito Santo que opera a maioria das linhas que serve a freguesia, cuja qualidade de serviço é muito baixa. Relativamente ao programa “Bilha Solidária”, deriva do facto de haver uma folga de 2 milhões de euros do Fundo Ambiental que foram canalizados para este programa, que já aconteceu em junho deste ano noutra formato. A Junta aderiu a este projeto por conceder um apoio importante às famílias mais carenciadas da freguesia, sendo que o programa só terminará quando a verba consignada pelo programa terminar, e a sua aplicabilidade tem sido bastante simples. Referindo-se à Moção apresentada pelo eleito Paulo Peres, afirmou que conhece bastante bem a Seiva Trupe e o trabalho que esta companhia de teatro tem desenvolvido ao longo de muitos anos, considerando ser um crime deixar esta companhia fechar. Em relação à intervenção do eleito Nuno Bessa, criticou a expressão de indignação que proferiu a propósito do projeto para a antiga Casa do Duque, pois é dramático o concelho não ter um espaço para acolher os cidadãos do concelho para tratamentos de cuidados continuados. Considerou ser uma oportunidade da freguesia e do concelho ficarem dotados de um equipamento absolutamente indispensável nesta matéria, pois muitos gaienses



têm de recorrer a outras unidades de saúde muito longe do concelho, como Miranda do Douro, Murça e Póvoa de Varzim. Quanto ao espaço destinado à cultura, seguramente será encontrada uma outra solução para o mesmo, sendo que a cultura não se esgota apenas num espaço físico, que a mesma se desdobra nas escolas e nas associações da freguesia. -----

Paulo Teixeira (CDS-PP) – Apresentou um voto de pesar “Pelo Falecimento de Adriano Moreira” (**Documento C**). -----

Presidente do Executivo – Relativamente a Adriano Moreira, afirmou que foi uma personalidade em evolução e que pagou uma fatura por isso. Foi um grande intelectual do País e que ajudou a fundar um Partido fundador do nosso regime democrático. Apenas criticou a expressão do voto apresentado em que designava os guerrilheiros africanos de “terroristas”. -----

Tiago Matos (BE) – Apresentou um voto de saudação e uma moção: O “Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)” (**Documento D**). A Moção “A Habitação é Um Direito” (**Documento E**). -----

Presidente do Executivo – Agradeceu ao eleito Tiago Matos por trazer ao debate a questão sobre a violência contra as mulheres. Considerou que não basta dizer basta, mas um sobressalto moral e cívico para terminar com este flagelo social. É uma questão central do desenvolvimento humano, que já começa com a violência no namoro na juventude, sendo que é indispensável mudar a educação das atuais e futuras gerações para que este flagelo possa ter um fim. No dia 17 de outubro a Junta organizou um debate sobre o tráfico de seres humanos que também vai ao encontro desta problemática. Acrescentou ainda o facto da violência contra os idosos, em particular no contexto familiar, tendo vindo a aumentar de modo preocupante. Por último, deixou para reflexão a responsabilidade da classe política sobre este tema e igualmente sobre os problemas associados à saúde mental. Quanto à habitação, considerou que é um dos principais problemas de natureza social com que o País se defronta, onde tem-se reforçada uma cultura de estímulo à compra de casas, o que faz aumentar a especulação imobiliária. A Câmara criou o programa municipal de apoio ao arrendamento, precisamente para combater este fenómeno, sendo um apoio único ao nível nacional. A Câmara de Gaia tem 73 milhões de euros para aplicar na construção de habitação a preços acessíveis. Contudo, o contexto inflacionista que vem a partir das construções na linha de mar da freguesia vem arrastando o aumento dos valores das vendas de casas em toda a freguesia, colocando sérios problemas na implementação dessa verba para novas habitações. Há uma grande procura de comunidades estrangeiras com grandes possibilidades financeiras que conseguem pagar as novas construções que se vão edificando um pouco por toda a freguesia, em particular, na linha de mar e de rio. -----

Rui Costa (PSD) – Sobre a intervenção do eleito Nuno Bessa, interveio apenas para reforçar que o PSD não é contra a construção da unidade de cuidados continuados, a única observação é sobre o investimento muito avultado para a sua construção, pelo que seria melhor escolher outro local, mantendo a opção inicial da construção da Casa da Cultura. -----

Presidente do Executivo – Apenas acrescentou que aquele espaço é propriedade da Câmara de Gaia. -----



Terminadas as intervenções, a Presidente da Assembleia informou que iria fazer-se um intervalo para os grupos discutirem os documentos recebidos pela Mesa para votação.-----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Foram colocados à votação os seguintes documentos: “Voto de Louvor e Reconhecimento à Junta de Freguesia de Canidelo pela Distinção Nacional no Âmbito das Boas Práticas na Área da Igualdade, Cidadania e Não Discriminação” (Documento A), subscrito pelo PS, foi aprovado por unanimidade; “Moção: Em Defesa do Teatro Independente do Porto, em especial, da Seiva Trupe” (Documento B), subscrito pela CDU, foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis da CDU, BE, CDS-PP, PSD e CHEGA, e as abstenções do PS; “Voto de Pesar Pelo Falecimento de Adriano Moreira” (Documento C) subscrito pelo CDS-PP, foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, e CHEGA, e os votos contra da CDU e do BE; “Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)” (Documento D), subscrito pelo BE, foi aprovado por unanimidade; “Moção A Habitação é Um Direito” (Documento E), subscrito pelo BE, foi rejeitado por maioria, com os votos a favor do PSD, CDU e BE, votos contra do PS e as abstenções do CHEGA e CDS-PP.

Paulo Mouta (BE) – No final das votações, tomou a palavra e teceu alguns comentários acerca do voto de pesar pelo falecimento do Prof. Adriano Moreira, sendo que considerou que o texto do voto de pesar é um manifesto político que não pode aceitar, dados os considerandos do mesmo, daí o seu sentido de voto ter sido contra, apesar de respeitar a figura de Adriano Moreira. -----

Pedro Banhudo (PS) – Pediu também a palavra para demonstrar solidariedade com a causa da companhia de teatro Seiva Trupe, trazida à colação pela CDU na Moção que apresentou a propósito da mesma, mas entende em nome do grupo do PS na Assembleia de Freguesia que a questão não se encontra diretamente relacionada com a freguesia, daí o sentido de voto ter sido o da abstenção. Em relação à Moção do BE sobre o direito à habitação, demonstrou a solidariedade do PS nesta causa, todavia entende que a Câmara Municipal de Gaia tem já bem definida uma política de habitação para o concelho e que já tinha sido enunciada pela Presidente da Junta nesta sessão. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

a) Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023. -----

Presidente do Executivo – Apresentou o documento de uma forma simples e concisa, sendo que o orçamento é uma peça técnica que reflete uma expectativa positiva para o próximo ano devido ao aumento da verba inscrita no mesmo. Em relação às Opções do Plano, trará algumas inovações como o lançamento do Conselho Consultivo para os idosos da freguesia, a aposta no CAO da CERCI Gaia que precisa de ser retomada na sua prestação de cuidados aos seus utentes, tentando encontrar um novo espaço para instalar este serviço e poder conferir mais qualidade aos seus utentes. Relativamente às populações beneficiárias do RSI, conseguiu trazer 2 pessoas para trabalhar na Junta para as reintegrar e ressocializar, referiu também que ficou garantida a constituição do Conselho Consultivo da Juventude, mais informou que se encontra em marcha o roteiro cultural de Canidelo, o projeto municipal “Meu Bairro, minha Rua” no Quarteirão



do Espinheiro que tem sido acompanhado pelo Executivo. Acrescentou ainda a dimensão do apoio ao Desporto feminino e adaptado nas várias modalidades. Reafirmou o compromisso do Executivo com o alargamento das instalações da Junta de Freguesia com o apoio da Câmara neste empreendimento. Por último, agradeceu aos grupos políticos na Assembleia, que ao abrigo do Estatuto da Oposição apresentaram algumas propostas que o Executivo acolheu e integrou nas Opções do Plano que ajudam a construir o sentimento de comunidade.----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os eleitos: Pedro Banhudo (PS), Rui Costa (PSD), Paulo Peres (CDU), João Pereira (CHEGA), Paulo Teixeira (CDS-PP) e Carla Costa (PSD).-----

Pedro Banhudo (PS) – afirmou que o Orçamento é um documento técnico que se baseia em princípios e normas contabilísticas e, que por isso, cumpre todos os requisitos exigidos por lei. De todas as atividades apresentadas, o PS elege a criação do Conselho Consultivo das Pessoas Idosas, a continuação do trabalho junto das escolas, o retomar as bolsas de dança, a criação em articulação com o Agrupamento D. Pedro I de um coro infantil, o acompanhamento do projeto municipal “Meu Bairro, Minha Rua”, a criação do roteiro cultural, o apoio ao desporto, nomeadamente no voleibol, ténis de mesa e desporto adaptado, as obras de requalificação do edifício sede da Junta de Freguesia. Acrescentou ainda o alargamento do Mapa de Pessoal. Terminou a sua intervenção dizendo que se trata em suma de um documento que se preocupa mais com a dimensão humana do que a dimensão material que tem caracterizado o mandato do atual Executivo.

Rui Costa (PSD) – Começou por afirmar que as Opções do Plano apresentadas pelo Executivo não diferem muito das apresentadas em anos anteriores, sendo que a Ação Social continua a ser a grande aposta do Executivo e assim deve continuar, contudo o PSD enquanto oposição defende um maior investimento em equipamentos desportivos e culturais, espaços verdes e zonas de lazer, transportes e arruamentos e no ordenamento do território. No que concerne à Ação Social, destaca a continuidade no apoio à ASSIC, designadamente no projeto de construção do Lar, que considera ser urgente a sua concretização. Outra obra que considera estrutural é o novo CAO e do Lar Residencial, questionando o Executivo sobre o ponto de situação da sua construção. Na cultura, lamenta o abandono do projeto da Casa da Cultura na antiga Casa do Duque e questiona sobre que futuro terá esse projeto e em que espaço. No âmbito do ambiente aponta a falta de algumas infraestruturas de apoio no Parque Ambiental do Vale de S. Paio, nomeadamente casas de banho, papeleiras, pontos de água potável, depósitos de dejetos animais e limpeza do espaço com regularidade. Neste sentido, questiona o Executivo acerca das diligências no sentido de dar continuidade ao alargamento do Parque. Afirma que o imobiliário tem sido a força motriz do desenvolvimento da freguesia, porém não tem sido acautelado um bom ordenamento do território, originando a falta de espaços verdes. Referiu 3 áreas verdes de grande dimensão que devem ser salvaguardadas ao abrigo da revisão do PDM, Quinta do Moinho, Quinta do Paço e a Quinta do Fojo, para que não aconteça o que se está a passar como o Parque da Orbitur, na Madalena. No âmbito da mobilidade e transportes, sugere a abertura de uma saída da A1 alternativa à Rua da Bélgica, de modo a descongestionar o trânsito naquela artéria viária. Aponta a falta de equipamento desportivos, nomeadamente



a de uma piscina, sendo um investimento que trará receitas e benefícios para a freguesia a longo prazo, referindo a este propósito uma promessa eleitoral do atual Presidente da Câmara Municipal de que iria fazer uma piscina em Canidelo. No Plano de 2022, estava prevista a construção de um equipamento desportivo na orla marítima que volta a constar no novo plano apresentado para 2023. -----

Presidente do Executivo – Relativamente à questão do equipamento desportivo na orla marítima, que a mesma se encontra nas mãos da empresa municipal Águas de Gaia que se encontra em negociação com a APDL que gere este espaço. A Praia de Salgueiros recebeu o 1º Prémio de Praia Acessível a nível nacional. O espaço na Rua de Belmonte não se encontra o seu proprietário, mas a Junta já tomou a iniciativa de limpar o espaço. Acompanha a preocupação do eleito Rui Costa acerca dos grandes espaços verdes que referiu na sua intervenção, contudo são espaços privados. A Quinta do Paço encontra-se em projeto de licenciamento e poderá se seguir noutros espaços sempre de acordo com o permitido pelo PDM. Quanto ao espaço para a Cultura, o Executivo irá discutir com a Câmara um novo espaço para a sua instalação. Quanto ao CAO encontra-se no processo burocrático associado que levará o seu tempo. -----

Paulo Peres (CDU) – Começou por afirmar que as Opções do Plano apresentadas pelo Executivo seguem a mesma linha de rumo dos últimos anos. Ressaltou a criação de passeios e dos parques verdes, no entanto é necessário ser mais concreto na sua priorização e calendarização. A CDU pediu ao abrigo do Estatuto da Oposição que o Executivo estudasse e exigisse junto da Câmara Municipal, a construção de um passeio na Rua Dr. Ribeiro de Magalhães, devido a troços existentes na via que não têm passeio, que aliada a fraca iluminação na via, torna particularmente perigosa a circulação dos peões na mesma. Salientou com estranheza a escassa referência aos transportes públicos, sendo que se avizinham mudanças estruturais neste âmbito. Assinalou igualmente a questão da Rua da Bélgica, e de modo particular no cruzamento dos 4 Caminhos que estão há vários anos a aguardar uma solução que permita desanuviar o trânsito e pediu mais informações sobre a colocação na freguesia de postos de carregamento de veículos elétricos. A CDU considera que falta muito por fazer no âmbito da oferta cultural da freguesia, demonstrou desilusão com o facto de as propostas que a CDU anteriormente apresentou, nenhuma delas tenha sido acolhida pelo Executivo. Por todos estes motivos a CDU irá votar contra o Orçamento e as Opções do Plano, mas deseja a continuação de um bom trabalho ao Executivo. -

Presidente do Executivo – Agradeceu em nome do Executivo os votos de bom trabalho. O executivo encontra-se a negociar na frente de mar a colocação de postos de carregamento de carros elétricos. De seguida passou a palavra ao Secretário, Manuel Ferreirinha. -----

Secretário do Executivo – Cumprimentou todos os presentes, respondeu à questão do passeio da Rua que o eleito Paulo Peres apontou, dizendo que a mesma possui passeio, porém em parte não tem o respetivo pavimento. Salientou o facto de não ser uma via em que circulem muitos peões. De qualquer das formas trata-se de um assunto que se encontra a merecer a melhor atenção por parte do Executivo. -----

Presidente do Executivo – Retomando o uso da palavra, acrescentou a questão dos sanitários e dos bebedouros da beira-mar que esta questão já foi colocada



pelo Executivo junto das Águas de Gaia, que é a entidade responsável pela gestão daquele espaço. -----

João Pereira (CHEGA) – Congratulou o Executivo por no direito de a Oposição ter ouvido os parceiros políticos da Junta e ter optado por algumas das propostas de outros partidos, demonstrando abertura a outras ideias, o que não acontece a nível nacional, mas o que mostra que há Democracia nesta Junta de Freguesia. Contudo, não é o suficiente, pois falta muita coisa em Canidelo, sendo necessário começar a apostar mais na Juventude e à Cultura. Faltam equipamentos desportivos, em que os jovens durante o dia, e principalmente no verão, possam praticar desporto em vez de estarem a fazer asneiras. Espera que o Executivo durante este ano faça pressão junto da Câmara para que estes investimentos possam ser feitos na freguesia, dado que lhe parece que a equidade não é igual entre as várias freguesias de Gaia, e espera que o Executivo insista com a Câmara Municipal na criação dos mesmos. Terminou dizendo que o Presidente da Câmara, por vezes, só se lembra da nossa freguesia durante o verão e que não é a piscina de água aquecida, que considerou ser mais um tanque para aparecer nas notícias na época balnear o suficiente. -----

Presidente do Executivo – Apreciou as propostas apresentadas pelo Eleito João Pereira, nomeadamente a criação das passadeiras inteligentes e o estudo da música. Quanto à equidade dos investimentos entre as freguesias, salientou ser um debate longo, sendo que a piscina de água aquecida é um investimento das Águas de Gaia. Mas salientou a obra que está a ser levada a cabo no Adro da Igreja, a reconstrução da Escola de Lavadores e a recuperação do rés do chão da Escola de S. Paio. Foi igualmente construído o Pavilhão Municipal Carlos Resende, mas sobretudo o que tem sido feito é o trabalho social, que é a primeira matriz do investimento do Executivo. Por último, agradeceu a proposta do BE da criação de um prémio literário no formato de Conto, dando posterior origem à edição do mesmo em livro de um aluno de uma escola da freguesia. -----

Paulo Teixeira (CDS-PP) – Sobre as Opções do Plano, que não apresentam nenhuma novidade, apenas uma continuidade daquilo que tem sido feito até agora. Apraz saber da prioridade das políticas sociais, mas demonstra um olhar e preocupação sobre a evolução da construção na freguesia, os edifícios devolutos e obras embargadas há anos. Na questão da mobilidade, há que fazer mais. No capítulo do ambiente, questiona que medidas estão a ser tomadas para as situações em que são abandonados objetos. Por último, pediu uma maior divulgação dos eventos culturais da freguesia. Em conclusão, manifestou que o sentido de voto do CDS-PP vai ser contra, pois considera ser um orçamento assistencialista e sem visão de futuro. -----

Presidente do Executivo – Em relação aos edifícios abandonados, tem sido uma tarefa da Junta de Freguesia a sinalização de todas estas habitações junto da Câmara Municipal. Sobre os monos, a Câmara Municipal tem um serviço gratuito de recolha, e sobre os entulhos a SUMA tem assegurado esse tipo de serviço. Considerou estranho à referência que o Eleito Paulo Teixeira ao Orçamento como sendo assistencialista, pois considera ser uma marca política da história do CDS e da Doutrina Social da Igreja. -----

Carla Costa (PSD) – Iniciou a sua intervenção dizendo que iria focar a sua análise do Orçamento. O Orçamento cumpre a regra legal do equilíbrio orçamental e que



obriga a arrecadar a receita para fazer face às despesas. A grande alteração foca-se no facto de haver um acréscimo de 112 mil euros em relação a períodos anteriores de modo a fazer face às despesas correntes, principalmente associada aos custos com pessoal e com a aquisição de bens e serviços. Questiona se a verba com os jardins não deveria ser suportada pelas transferências municipais como acontecia até agora. Nesse sentido, questiona o valor com economato, que em tempos questionada pelo mesmo, o Executivo disse que se devia ao facto de a Junta despende uma verba elevada com fotocópias do Agrupamento de Escolas, daí que questiona se o Município ainda não forneceu uma fotocopiadora ao Agrupamento, tal como o fez noutros Agrupamentos do concelho. Na eletricidade, questionou a Sr^a Presidente se continua a pagar a mesma ao SC Canidelo, considerando que esta rubrica deve ser estudada e reavaliada. No capítulo dos Estudos, Pareceres e Consultadoria, salientou um acréscimo de 2 mil euros em relação ao orçamento passado. Há ainda a realçar os aumentos de receitas do Parque de Campismo e dos Cemitérios, que aumentam em grande parte o aumento da despesa corrente. -----

Presidente do Executivo – Informou a Eleita, Carla Costa, que no caso dos jardins, a Câmara Municipal financia uma parte dos jardins da freguesia e o trabalho é contratualizado com uma empresa, dado a escassez de funcionários da Junta no ativo. A Junta tem contemplados 43 espaços ajardinados e ainda toda a área do Parque de Campismo. Em relação às impressoras, o Agrupamento já as recebeu, mas ainda não estão configuradas, mas a Junta também fornece esse apoio também às associações e coletividades da freguesia, dando o exemplo das convocatórias para as respetivas Assembleias Gerais. Quanto à questão dos gastos de eletricidade com o SC Canidelo, contextualizou a questão referindo que o campo do clube é da Junta de Freguesia por disposição testamentária e desde a construção do novo campo, o apoio continua a ser dado em função da estrutura do clube. Quanto ao Parque de Campismo e Cemitério tem a ver com as taxas que são aplicadas, que no caso dos Cemitérios os valores são baixos em relação a outras freguesias do município, mas que por opção política o Executivo decidiu não mexer nos seus valores. No que concerne ao Parque de Campismo, trata-se de uma exploração comercial para a sustentação económica e financeira da Junta de Freguesia, daí o Executivo ter efetuado um pequeno ajuste nos valores das taxas cobradas, terminando por tecer algumas considerações sobre a vida e funcionamento do Parque de Campismo que merecerá no futuro um debate e discussão mais alargada sobre o seu futuro desenvolvimento. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – Terminadas todas as intervenções, a Sr^a Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação este ponto: “Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023”, foi aprovada, por maioria, com os votos a favor do PS, votos contra da CDU, CDS e PSD, e as abstenções do CHEGA e do BE. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

b) Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2023.-----

l) Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de



competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

II) Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o nº 1 do artigo 39º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto. -----

III) Autorização para a freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou privadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEFP, Segurança Social, Empresas Municipais, Associações, etc, nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea j), da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

IV) Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da freguesia e se salvasse a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea i), da lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

V) Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais. -----
Presidente da Assembleia – Informou os eleitos de que estes pontos seriam discutidos em conjunto, mas seria votado em separado. Sendo que nenhum dos eleitos se inscreveu para intervir, nem a Presidente do Executivo, passando imediatamente às votações. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – O ponto 3 al, b) “Discussão e votação das autorizações relativas à execução do plano e orçamento para o ano de 2023” quanto às alíneas seguintes, votadas em separado, foi deliberado: I) “Autorização para a celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, bem como a respetiva resolução e, no caso dos contratos de delegação de competências, a sua revogação nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea g), da Lei 75/2013 de 12 de setembro”, foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, CDU e BE, votos contra do PSD e CDS e a abstenção do CHEGA; II) “Autorização para, no âmbito do modelo de repartição de competências entre os municípios e as freguesias estabelecer um contrato interadministrativo entre o Município de Gaia e a Freguesia de Canidelo que permita uma melhor afetação de recursos humanos e financeiros, e que seja configurado em termos flexíveis, de modo a viabilizar uma harmonização entre os princípios da descentralização e da subsidiariedade e as exigências de unidade e de eficácia da ação administrativa, conforme o nº 1 do artigo 39º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto”, foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, BE e CDU, votos contra do PSD e as abstenções do CHEGA e do CDS. III) “Autorização para a freguesia, no âmbito das suas atribuições, estabelecer formas de cooperação e parceria com entidades públicas ou privadas, nomeadamente, Município de Gaia, IEFP, Segurança Social, Empresas Municipais, Associações, etc, nos termos das



disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea j), da Lei 75/2013 de 12 de setembro.”, foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, CDU, BE e CDS, votos contra do PSD e a abstenção do CHEGA; IV) “Autorização para a celebração de protocolos com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia, designadamente quando os equipamentos envolvidos sejam propriedade da freguesia e se salvaguarde a sua utilização pela comunidade local, nos termos das disposições contidas no artigo 9º, nº 1 alínea i), da lei 75/2013 de 12 de setembro. “foi aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, CDU e BE e os votos contra do PSD, e as abstenções do CDS e CHEGA; V) “Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais”. foi aprovada por maioria com os votos a favor do PS, CDU, BE e os votos contra do PSD, CDS e CHEGA. -----

Presidente da Assembleia – Solicitou e obteve autorização do plenário para prorrogar os trabalhos por mais trinta minutos, de modo a concluir todos os pontos da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

c) Discussão e votação da alteração do mapa de pessoal. -----

Presidente do Executivo – Interveio para informar que o mapa de pessoal já reflete a saída de trabalhadores por procedimento disciplinar, despedimento e reforma, daí o Executivo propor reforçar o mapa de pessoal para colmatar as saídas entretanto efetuadas, nomeadamente ao nível dos Cemitérios e do Parque de Campismo através de um novo procedimento concursal. Também é necessário preparar a saída dos funcionários da Secretaria para a reforma e contratar com tempo novos funcionários que possam, entretanto, adquirir todas as competências necessárias para o seu exercício. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – O ponto 3 alínea c) “Discussão e votação da alteração do mapa de pessoal”. foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

d) Discussão e aprovação da Taxa relativa à concessão de ossários/cendrários. -----

Presidente do Executivo – Passou a palavra ao Secretário do Executivo, Manuel Ferreirinha, para apresentar a taxa em apreço. -----

Secretário do Executivo – Sobre a taxa, informa que tem a ver com o trabalho e gasto de material que cada cendrário custa em relação a cada ossário, daí ter chegado ao valor apresentado. -----

Presidente do Executivo – Interveio de novo no sentido de completar com a informação de que encontram-se feitos 8 cendrários, sendo uma tentativa de ver a reação das pessoas com esta nova alternativa, dado a prática de enterramento das cinzas. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – O ponto 3 alínea d) “Discussão e aprovação da taxa relativa à concessão de ossários/cendrários”. foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Três – Ordem do Dia. -----

e) Discussão e votação das atas das sessões anteriores. -----

DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA – O ponto 3 alínea e) “Discussão e aprovação das atas das sessões anteriores”, nomeadamente as atas nº 5 e 7 foram aprovadas por unanimidade, com a ressalva de que não participaram na votação



os elementos que não estiveram presentes na respetiva assembleia.-----

Ponto Quatro – Informação da Presidente. -----

Presidente do Executivo – Disse que não pretendia fazer comentários, nem tinha mais informações a dar, desejando os votos de Festas Felizes. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto o eleito: Rui Costa (PSD). -----

Rui Costa (PSD) – Questionou a Presidente do Executivo acerca da condução das obras do Adro da Igreja, sobre o tempo de execução da obra e o quiosque das flores. -----

Presidente do Executivo – Respondeu dizendo que a o tempo de conclusão da obra foi prorrogado por mais 3 meses. Relativamente ao quiosque a Junta tem recebido algum mau estar do Administrador de Condomínio ali próximo sobre a colocação do quiosque, mas aguarda-se um agendamento de uma reunião presencial com o mesmo. -----

Secretário do Executivo – Acrescentou que o quiosque se trata mais de uma peça de mobiliário urbano que se enquadra perfeitamente no espaço onde se encontra inserido. -----

O 1.º Secretário fez a leitura da Minuta da Ata desta reunião que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a 1.ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Canidelo, dada por terminada, eram zero horas e cinquenta e nove minutos, do dia 22 de dezembro de 2022, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo 1.º Secretário e pela Presidente da Assembleia de Freguesia.-----
